

Nova sede do governo de SP no centro tem 64% de aprovação

Pesquisa Datafolha indica apoio ao projeto dúvidas sobre prazos e impactos

A proposta de instalar uma nova sede do Governo de São Paulo na região central da capital é vista como positiva por 64% dos moradores da cidade. O percentual se refere aos entrevistados que classificam a iniciativa como ótima ou boa em levantamento realizado pelo instituto Datafolha, a pedido da administração estadual. Entre pessoas que moram ou trabalham em distritos centrais, o índice chega a 66%.

O estudo aponta que o conhecimento prévio sobre o projeto ainda é limitado. Apenas 32% afirmaram saber do que se trata a iniciativa, e 7% disseram estar bem informados. Quando os entrevistados receberam explicações sobre os objetivos do governo com a mudança, a taxa de avaliação positiva subiu para 79% no total da amostra. No grupo que vive ou atua profissionalmente na área central, o apoio chegou a 75% nesse cenário com mais informações.

A pesquisa ouviu 1.280 moradores de diferentes regiões da cidade e 284 pessoas que residem ou trabalham no centro, entre os dias 17 e 19 de novembro de 2025. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos na amostra geral e de seis pontos no recorte do centro, com nível de confiança de 95%.

O projeto prevê a construção de um centro administrativo nas imediações do Parque Princesa Isabel, no bairro Campos Elíseos. A proposta inclui cerca de dez torres de escritórios destinadas a concentrar



Divulgação/Governo de SP

Com investimento estimado em R\$ 6 bilhões, Novo Centro Administrativo prevê sete edifícios

aproximadamente 22 mil servidores estaduais atualmente distribuídos em 40 endereços distintos. A iniciativa é apresentada pelo governo como parte de uma estratégia de requalificação urbana de áreas marcadas por degradação social.

O investimento estimado supera R\$ 6 bilhões e deve ser viabilizado por meio de uma Parceria Público-Privada. O leilão para escolha da empresa responsável pela construção e gestão do complexo está previsto para o dia 26.

Apesar do índice majoritário de aprovação, o levantamento reve-

la divisão quanto à capacidade do Estado de cumprir o cronograma anunciado, que prevê a entrega em até cinco anos. Em escala de 1 a 10, a confiança média de que a obra será concluída até 2030 foi de 5,2. Notas entre 1 e 4 foram atribuídas por 36% dos entrevistados, enquanto 37% deram notas de 7 a 10.

Também há opiniões divididas sobre a integração do futuro complexo ao entorno. Para 49%, o espaço deverá ser aberto e integrado ao bairro. Já 45% acreditam que a estrutura pode se tornar isolada da dinâmica local.

Os impactos sobre a população em situação de vulnerabilidade social da região aparecem como ponto sensível. Durante a fase de construção, 53% projetam prejuízos para esse público. Após a conclusão das obras, 50% avaliam que haverá benefícios, enquanto 41% mantêm a expectativa de efeitos negativos.

O trânsito foi apontado como principal preocupação. Para 47%, o fluxo de veículos tende a piorar com a implantação do centro administrativo. Em contrapartida, 53% acreditam que o transporte público poderá apresentar melhorias.

Na avaliação geral sobre os efeitos econômicos, 84% consideram que a nova sede trará mais benefícios do que prejuízos aos comerciantes do centro. Quando a pergunta trata especificamente do cenário após a conclusão das obras, o índice fica em 83%. A percepção de ganhos para moradores da região central alcança 79%, enquanto 82% projetam efeitos positivos para a cidade como um todo.

Entre as áreas que podem apresentar melhora com a instalação do governo no centro, 77% citam segurança e limpeza urbana. A geração de empregos é mencionada por 75% e o turismo por 70% dos entrevistados.

O levantamento indica ainda que 62% dos entrevistados acreditam que o projeto poderá estimular a volta de moradores para a região central. Entre aqueles que já circulam diariamente pelo entorno, essa expectativa sobe para 71%.

A requalificação do centro é considerada importante por 93% dos entrevistados. Além disso, 86% defendem que o poder público deve investir na área para atrair novos moradores e empresas.

Os dados do Datafolha apontam, portanto, predominância de apoio à criação do novo centro administrativo, combinada a dúvidas sobre prazos, impactos urbanos e efeitos sociais no entorno, mesmo com a revitalização da área.

Com informações da Folha de S.Paulo.

Centro de SP terá 6 mil moradias em projeto de PPP

Divulgação/Governo de São Paulo

O Governo de SP mantém em andamento projetos de requalificação habitacional na região central da capital, com previsão de cerca de 6 mil moradias por meio da PPP de Requalificação da Área Central. A iniciativa abrange quadras com infraestrutura consolidada de transporte e serviços, mas que registram baixa ocupação residencial na área.

O projeto inclui, além de todas as unidades habitacionais, a implantação de equipamentos públicos e intervenções urbanas, como readequação de calçadas, implantação de ciclofaixas e construção de passarelas. A proposta do Governo do Estado é ampliar a presença de moradores na área central e estimular a diversificação do perfil socioeconômico dos futuros residentes do local.

Paralelamente a isso, a Companhia de Desenvolvimento Ha-



iniciativa terá infraestrutura de transporte e serviços

bitacional e Urbano (CDHU) abriu chamamento público para contratação de 2,5 mil unidades habitacionais no centro expandido da cidade, contemplando bairros como Bom Retiro, Sé, Liberdade, Brás e Consolação.

Ainda segundo o cronogra-

ma divulgado pelo Governo do Estado, 292 unidades da primeira PPP do Centro devem ser entregues neste semestre. Outros 460 apartamentos têm conclusão prevista até 2027, ampliando a oferta habitacional na região central da cidade.

Propostas entregues nesta segunda (23)

O Governo de SP recebe nesta segunda-feira (23) os envelopes com as propostas das empresas interessadas na concessão do Novo Centro Administrativo. A entrega será feita até as 11h, de forma presencial e virtual, na sede da B3, onde também está previsto o leilão, marcado para quinta-feira (26), às 10h. Estimado em R\$ 6 bilhões, o projeto prevê a construção de um complexo com sete edifícios e dez torres na região dos Campos Elíseos, no centro da capital. A proposta é concentrar no local o gabinete do governador, secretarias e órgãos estaduais atualmente distribuídos em mais de 40 endereços. A expectativa é reunir cerca de 22 mil servidores em uma única estrutura, que terá espaços como auditórios, teatro e várias áreas que serão multiuso.

Além da centralização administrativa, a iniciativa inclui ações de requalificação urbana. Estão

previstos o restauro de 17 imóveis tombados e a ampliação das áreas verdes do Parque Princesa Isabel. O plano contempla ainda 25 mil metros quadrados destinados a comércio e serviços, bem como a construção de um novo terminal de ônibus interligado à Estação da Luz, integrando também os modais metrô e trens metropolitanos.

Os prédios devem buscar certificação ambiental internacional e adotar soluções voltadas à eficiência energética e sustentabilidade. A estimativa é de geração de 38 mil empregos durante as obras e de aproximadamente 2,8 mil postos formais nas atividades comerciais e de serviços.

A concessão será por meio de Parceria Público-Privada, com contrato previsto para 30 anos. O critério de julgamento será o maior desconto oferecido sobre a contraprestação pública mensal máxima estipulada no edital.